

Dossiê “Entre drogas e medicamentos: a Cannabis na discussão entre saúde e segurança pública”

Apresentação

Hellen Monique dos Santos Caetano

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

hellenmcaetano@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5510-3651>

Yuri José de Paula Motta

Universidade Federal Fluminense

yurimotta@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0003-4364-145X>

A discussão sobre os usos de maconha na América Latina e as suas possibilidades

Os estudos sobre drogas na Antropologia e nas Ciências Sociais são múltiplos (Velho, 2011 [1983]; MacRae; Simões, 2000; Cavalcanti, 1998; Rui, 2018; Malheiro, 2013; Delmanto, 2016; Labate; Policarpo, 2018) e têm atraído cada vez mais adeptos. Diferente das Ciências Biológicas, que sintetizam moléculas e estudam os efeitos das drogas no cérebro, as Ciências Humanas e Sociais têm estudado práticas, comportamentos, representações, significados, hierarquias e performances. Em meio a esses estudos, questões políticas, de gênero, raciais, econômicas e sociais atravessam e, por vezes, extrapolam o tema do consumo, da produção e do comércio de drogas.

Nos valendo das Ciências Sociais e, principalmente, da Antropologia, pensamos em um dossiê que pudesse explorar as perspectivas mencionadas acima, a fim de dar

continuidade a essa produção. Trazemos, em primeiro plano, pesquisas recém desenvolvidas por alunos de mestrado e doutorado no âmbito dos programas de pós-graduação na América Latina, especialmente no Brasil. O dossiê e os trabalhos nele contidos são resultado de um empreendimento coletivo de organização entre alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), através do grupo de pesquisa Mandacaru – Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos e do Grupo Corpo, Gênero, Sexualidade (GCS), e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC) e do Núcleo de Pesquisa em Psicoativos e Cultura¹ (PsicoCult).

No contexto desses grupos de pesquisa, o diálogo com o tema das drogas tem se dado, sobretudo, nos campos de estudo da saúde e segurança pública. Como organizadores, temos produções científicas nas Ciências Sociais sobre a planta *Cannabis sativa* L., popularmente conhecida como maconha no Brasil (Caetano, 2021; 2023; Motta, 2020; 2021). Esse fato nos motivou a organizar a presente proposta e conectar as discussões sobre saúde e segurança pública envolvendo a planta no cenário latino-americano. Apesar de utilizarmos ambas as categorias para nos referirmos à planta, por vezes “maconha” e outras “Cannabis”, procuramos não cair em armadilhas do senso comum que separam a “droga” do “medicamento”, impondo moralidades (Becker, 2008) sobre “certo” e “errado” e “bem” e “mal”. Mesmo assim, não desconsideramos as implicações sociais que os significados destas categorias representam em diversos universos simbólicos (Geertz, 1978). Inclusive, essas categorias são situadas e problematizadas nos artigos presentes neste dossiê.

¹ Mais especificamente, os empreendimentos acadêmicos aqui mobilizados representam um esforço do PsicoCult, grupo de pesquisa vinculado ao InEAC. O PsicoCult é coordenado pelo Prof. Dr. Frederico Policarpo, professor do Departamento de Segurança Pública da UFF. O grupo tem como objetivo reunir pesquisadores, professores e alunos que trabalham com o tema dos psicoativos em diferentes contextos, seja em ambientes urbanos, seja em ambientes tradicionais, com o propósito de descrever práticas de uso, produção, circulação e controle que cercam as substâncias e os praticantes. Resultado deste nucleamento bem-sucedido, diversos trabalhos se encontram disponíveis sobre o tema (Policarpo; Veríssimo; Figueiredo, 2017; Veríssimo, 2017; Costa, 2018; 2022; Martins; Ramos, 2018; Policarpo; Martins, 2019; Motta, 2020; 2021; Figueiredo, 2021; Valente, 2021, 2025; Azeredo, 2024; Santos, 2024).

As percepções, as dinâmicas e as representações sobre os usos de maconha têm variado no decorrer dos anos. O início do século XX foi marcado pela criminalização da maconha e de seus usos, embasada por perspectivas toxicológicas e criminais, construindo-se como um agente que deveria ser combatido (Dória, 1915). Já o fim do século XX e início do XXI trouxeram novas perspectivas, a partir da atuação de usuários e ativistas que buscavam a descriminalização e legalização (Vidal, 2010; Campos, 2013; Brandão, 2017; Veríssimo, 2017). Quando falamos de usos “recreativos”/adultos/sociais, que são relacionados fortemente à criminalização, também são incluídas nessa conta questões políticas e de saúde pública como justificativa dessa medida. Quando consideramos os usos terapêuticos e medicinais, os pacientes também transitam entre esferas de ilegalidade e legalidade e estão sujeitos a enfrentarem conflitos com as forças de segurança pública. Portanto, saúde e segurança pública estão diretamente conectadas nesse cenário. A discussão sobre maconha na América Latina é um bom exemplo para demonstrar essa relação.

Desde 2014, diversas mobilizações sociais vêm pautando demandas e pressionando o Estado para agir em torno de um processo de regulação da maconha no Brasil, especialmente no que diz respeito às suas potencialidades terapêuticas. Além disso, usos de derivados de Cannabis de forma medicinal, sobretudo do canabidiol, fizeram com que novas pesquisas surgissem, localizadas em uma discussão que se desdobra entre os campos da saúde e segurança pública.

No Brasil, a substância e os seus usos se encontram em uma zona repleta de controvérsias e ambiguidades, assumindo diferentes significados e classificações jurídicas, na qual a Cannabis ora é “droga”, ora é “medicamento” e, em alguns momentos, pode ser vista como os dois (Caetano, 2023; Motta, 2020). Isso se dá justamente pela porosidade das fronteiras jurídicas entre o “legal” e o “ilegal”, o “lícito” e o “ilícito” (Telles; Hirata, 2007), que não estão bem definidas. Apesar de diversas resoluções expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)² regulamentar a prescrição e o comércio de duas

² A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi criada no ano de 1999 com a função de controlar a área sanitária de diversos produtos e serviços. É uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, que apresenta como função primordial a promoção da saúde da população: <http://portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2023.

substâncias presentes na Cannabis³, o status legal da planta não se modificou, ou seja, continua proibida pela Lei de Drogas nº 11.343, de 2006⁴. Esse limbo jurídico e social no qual a maconha se encontra no Brasil impacta diretamente a produção científica, assim como diversas outras esferas da sociedade civil que vivenciam a política proibicionista de “guerra às drogas” e as dificuldades econômicas e burocráticas de acesso ao medicamento.

Aprofundando ainda mais a relação entre saúde e segurança pública, o antropólogo Eduardo Viana Vargas (2008) explica que as políticas públicas sobre drogas, em especial o modelo proibicionista, é baseado no paradigma médico-jurídico, no qual o campo biomédico é responsável por definir quais substâncias são permitidas ou proibidas a partir de argumentos como a defesa da “saúde pública”. E o campo jurídico, por sua vez, é responsável por elaborar as regras a partir das demandas biomédicas e punir seus possíveis infratores. Ele também argumenta que as políticas que regulamentam o uso de drogas costumam ser uniformes, distinguindo “drogas” e “medicamentos” a partir de critérios específicos, sobretudo morais. As “drogas”, nos termos do autor, lidam com uma tendência de criminalização de sua produção e consumo, enquanto os “medicamentos”, em nome da saúde dos corpos, teriam seus usos incitados (Vargas, 2000). A maconha/Cannabis, nesse sentido, complexifica essa discussão, já que perpassa essas duas categorias.

³ Em resposta a essa ampla mobilização, a Anvisa, agência governamental brasileira que é responsável por controlar a lista de substâncias permitidas e proibidas, retirou em janeiro de 2015, o CBD (Canabidiol) da lista de substâncias proibidas no país. Após um ano, a Anvisa reclassificou também o THC (Tetrahydrocannabinol), outra substância presente na maconha. Mesmo o CBD e o THC tendo sido retirados da lista de substâncias proibidas, são classificados pela agência como substâncias de alta periculosidade e controle restrito. Por isso, só podem ser consumidas de forma legal se assim recomendados pelo médico, que deve expedir uma receita e um laudo prescrevendo a Cannabis ou um de seus derivados.

⁴ “De acordo com a legislação brasileira, ao ser flagrado pelas forças policiais portando ou consumindo maconha, o indivíduo pode ser enquadrado juridicamente como “usuário” ou “traficante” a partir da constatação de qual delito criminal está envolvido. Com a promulgação da atual Lei de Drogas em 2006, o usuário de maconha passou a não ser mais punido com privação de liberdade, porém, a lei deixou um vácuo subjetivo (Campos, 2019) de como essa classificação pode ser operada pelos agentes policiais, que a partir de suas próprias interpretações podem manipular a autuação. Tal subjetividade é tão explícita que pesquisas demonstram (Grillo; Policarpo; Veríssimo, 2011; Valente, 2021) que grande parte dos usuários não chegam sequer a serem encaminhados à delegacia para assinarem o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), pois, a negociação sobre o flagrante delito acontece na rua através da transação de mercadorias políticas (Misse, 1997)” (Motta, 2021, p. 130).

*

Os trabalhos enviados ao dossiê refletem, de forma clara, as distinções complexas em torno do debate sobre maconha atualmente. Desde as primeiras proibições até a volta da discussão terapêutica, a maconha esteve ligada às questões de saúde e segurança públicas, evidenciando controvérsias e disputas de sentido em torno do tema. É isso que podemos ver, por exemplo, no artigo intitulado “‘O cachimbo da paz foi proibido, entra na caçamba vagabundo’: a proibição da maconha como política de criminalização racista no Brasil” com autoria de Laís Gabrielle Batista da Silva, Cheisa de Arroxelas Macedo Pereira, Nelson Gomes de Sant’Ana e Silva Junior e Rebecka Wanderley Tannuss, vinculados à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse artigo, os autores discutem como a criminalização da maconha no Brasil foi influenciada por questões políticas, econômicas e morais, marginalizando grupos específicos. Esse processo também contribuiu para o encarceramento massivo e expressivo da população negra, especialmente dos mais jovens. Por meio de uma metodologia bibliográfica e documental, os autores constroem argumentos evidenciando como a repressão da maconha parte de uma lógica racista, sendo discutida apenas a partir da segurança pública, o que gera combustível para um discurso contra as drogas, vitimando a população negra e pobre.

Seguindo a discussão sobre a criminalização da maconha, o trabalho de Mariane Greice Pereira Ventura, Lucas Barbosa Lima e Marcos Paulo de Oliveira Silva, intitulado “A proibição da maconha no Brasil: impactos sociorraciais, interesses históricos e perspectivas para a inclusão do povo negro no mercado legal da cannabis”, tem como objetivo discutir o processo histórico que levou até a proibição da planta, evidenciando os interesses econômicos, políticos e do setor médico em torno da questão. Para os autores, o racismo estrutural está presente tanto na política de drogas quanto no mercado legal da Cannabis no Brasil. Desse modo, o encarceramento e o genocídio da população negra são consequências diretas da proibição das drogas, em geral, e da maconha de forma mais particular. Os autores propõem, nesse sentido, olhar a maconha como uma ferramenta de reparação, que pode promover justiça social e equidade por meio do mercado legal, caso a sua descriminalização e legalização seja efetivada.

Em o “O Artesanato da Legalização: notas sobre os processos de reposicionamento da maconha no debate público contemporâneo”, o antropólogo Marcos Verissimo propõe

reflexões a partir de pesquisa etnográfica de longa data realizada junto a ativistas, movimentos sociais, pesquisadores, médicos, advogados, pacientes e seus familiares. O principal objetivo é analisar a ressignificação dos efeitos políticos e sociais da maconha a partir de seus usos no contexto brasileiro. Verissimo é um dos pioneiros a estudar os cultivadores caseiros de maconha no Brasil no âmbito das Ciências Sociais. Sua tese, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), é uma referência para aqueles que pesquisam ativismo e cultura canábica na América Latina. Para realizar este trabalho, o antropólogo construiu interlocução com pessoas comprometidas com a causa da legalização da maconha no Brasil e na Argentina. Isso possibilitou com que o autor pudesse acompanhar ao longo da última década as discussões acadêmicas e políticas que circundam as regulamentações sobre os usos medicinais e terapêuticos da planta. No presente artigo, Verissimo lança mão de uma revisão bibliográfica densa para demonstrar como os processos sociais e políticos que culminaram na regulação da maconha no Brasil para finalidades médicas contribuíram para a desmarginalização do debate público.

Entrando mais sistematicamente no debate regulatório, Daniela Leandro Rezende discute a produção legislativa sobre maconha/Cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, com foco nos argumentos que fundamentam os projetos de lei em tramitação. A autora fez um levantamento dos projetos entre 1988 e 2024 e busca analisar o conteúdo das proposições a partir das categorias de saúde e segurança pública. Para Rezende, a regulação da *Cannabis sativa* tem demandado atenção dos poderes do Estado que têm sido mobilizados por pacientes e dos ativistas em torno do uso medicinal. Esses produtos terapêuticos, atualmente, têm sido acessados via judicialização, com os processos de *Habeas Corpus* para cultivo doméstico, e via resoluções da Anvisa. Desse modo, falta no Brasil uma legislação que garanta não só o acesso, mas também a estabilidade do tratamento dos pacientes. Rezende mostra que os termos Cannabis e maconha podem indicar um processo de distinção de substâncias, mesmo que tratem da mesma planta. Nesse sentido, maconha seria vista apenas como uma droga, enquanto a Cannabis passaria a ser tratada como um remédio. Além disso, a autora chama atenção para o fato de que, apesar de os projetos estarem “ativos” (não foram arquivados, rejeitados ou retirados pelo proponente), eles continuam em estado de espera ou inércia. Para Rezende, isso configura

um cenário de omissão legislativa frente à regulação dos usos da planta, o que demonstra a resiliência do proibicionismo.

Em “Ser paciente da Cannabis”, Mário Bani Valente, Paulo Fraga e Frederico Policarpo discorrem sobre o acesso legal ao uso terapêutico-medicinal de maconha. A partir de dinâmicas locais de acesso no interior de Minas Gerais, os **autores** acompanharam os sujeitos envolvidos no processo de acesso à justiça dos pacientes para cultivarem maconha, entendendo também os dilemas familiares de outros agentes que buscam o acesso legal de diferentes formas. Para os pesquisadores, em um primeiro momento, essas demandas poderiam ser classificadas na esfera da “judicialização da saúde” ou do “direito à saúde”, categorias centrais para o entendimento do contexto brasileiro. Para tanto, eles acreditam que a busca pelo *Habeas Corpus* se diferencia pela centralidade do cultivo caseiro da maconha, constituindo-se como uma “judicialização do cultivo”, já que os pacientes não estão demandando acesso a um medicamento específico ou a um tratamento, mas sim um salvo-conduto para o cultivo doméstico da maconha e a produção artesanal do óleo. No contexto estudado por Valente, Fraga e Policarpo, diferentes formas de entradas são utilizadas pelos familiares e pacientes para ter acesso ao uso terapêutico-medicinal, como o próprio *Habeas Corpus*, a solicitação de importação junto à Anvisa e ainda a judicialização do processo para que o Estado cubra os custos e forneça a medicação. Nesse sentido, para os autores, essas dinâmicas são possíveis pela ausência de uma regulamentação integral do acesso ao uso terapêutico. Isso faz com que os pacientes tenham que “correr atrás” da garantia de suas demandas.

Tratando dos usos medicinais, dessa vez na Argentina, Lucía Romero e Oscar Aguilar Avendaño discutem as interações entre cultivadores, usuários e pesquisadores. A tradução foi feita por Carlos Henrique Araújo e Gustavo Brigante, vinculados à UFRN. O trabalho dos autores mostra que a produção de conhecimento sobre a Cannabis medicinal se configura como um fenômeno de risco da ilegalidade e conflito em nível local, articulando-se não só com o conhecimento especializado, mas também com o popular/prático (métodos e protocolos de cultivadores) e conhecimento experiencial (as experiências dos pacientes ao consumir o produto e a formação de novas identidades como usuários de Cannabis). Nesse sentido, o estudo analisa as interações entre o laboratório do Centro de Investigaciones del Medioambiente (CIM) da Universidad Nacional de la Plata (UNLP) e os cultivadores da Asociación Cultural Jardín del Unicornio

e do Cultivo em Família. Desse modo, mostram como essa experiência foi pioneira em introduzir e desenvolver o cultivo experimental da Cannabis em uma universidade argentina e como isso foi feito em uma colaboração com um grupo extra-acadêmico. Para Romero e Avendaño, a investigação colaborativa entre cientistas e cultivadores culminou em processos de hibridização de saberes experienciais e técnico-científicos, essenciais para o estudo da Cannabis atualmente.

Gabriel Seixas Silva apresenta ao leitor um relato etnográfico fruto de sua pesquisa de mestrado defendida em 2025, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Intitulado “‘Pra quem é boy, já é legalizado’: desigualdades nos acessos à maconha a partir de uma etnografia com cultivadores de Sergipe e do Rio de Janeiro”, o autor explora no relato o contexto desses dois estados brasileiros no que diz respeito à circulação da maconha e dos conhecimentos que a circundam. O enfoque do autor se dá, principalmente, na relação desenvolvida pelo cultivador, usuário ou paciente com a planta e a lei que a proíbe. Por meio da interlocução construída com cultivadores tanto no Rio de Janeiro quanto em Sergipe, e também por se tornar um paciente de “Cannabis medicinal” no decorrer da pesquisa, Silva descreve as disputas envolvendo o uso e a circulação formal e informal da planta e de seus saberes no Brasil.

No artigo intitulado “‘É social sim, mas também é um empreendimento’: o desenvolvimento do mundo social da Cannabis teresinense”, Matheus do Monte Marques e Celso de Brito constroem uma etnografia sobre a inserção de pesquisadores em redes formadas por conta da produção, da circulação e do consumo de maconha medicinal. Os usuários de maconha medicinal, conforme os autores, convivem com a falta de acesso ao tratamento, dificultado ainda pela posição ilegal da substância. Desse modo, o mundo social da Cannabis se estabelece pela regulação política e culturalmente imposta sobre a produção e a circulação dos derivados de maconha em meio a uma situação “quase-legal” como mercadoria. Em Teresina, os autores evidenciam três iniciativas que realizam aproximações com o mercado canábico, mas que possuem diferenças na forma de produzir, agenciar e validar os conhecimentos sobre a maconha. A partir de iniciativas e processos de transformação, os autores buscam evidenciar como se dão as relações e os entendimentos em torno da Cannabis para o tratamento de saúde.

Em “O Direito, as Ciências e as Plantas: uma análise bibliométrica dos estudos sobre a Cannabis”, Pablo Emanuel Romero Almada, Lucas Flôres Vasques, Danielle Barreto Lima e Júlia Araújo Carvalho apresentam um panorama da Sociologia do Conhecimento sobre a Cannabis. Ao longo do artigo, os autores buscam dar densidade a esse conceito a partir de uma pesquisa bibliográfica e bibliométrica sobre a temática no Brasil e até mesmo em outros países. Para isso, o trabalho é dividido em duas partes principais. A primeira discute questões ligadas à legislação sobre o uso e a posição do Estado no que se refere à regulamentação da Cannabis. Nessa etapa, os autores remontam a chegada da Cannabis no Brasil, as primeiras legislações proibitivas e os discursos que as fundamentam. Também abordam as transformações normativas que regulam a utilização da Cannabis para fins medicinais no Brasil, além de reforçar a necessidade de estreitar o diálogo entre as Ciências Sociais e o Direito na academia brasileira, para que essa temática seja mais compreendida.

Na segunda parte do artigo, os autores analisam as perspectivas científicas da Cannabis no Brasil a partir de uma revisão bibliométrica. Um dos principais resultados é a demonstração de como as pesquisas relacionadas ao tema estão majoritariamente ligadas ao campo da saúde, associando a maconha a outras drogas ilícitas, à violência e à criminalidade. Para além do campo da saúde, os autores também apontam para a presença de questões legais e médicas até aspectos socioculturais, riscos para jovens e a influência de fatores como gênero, saúde, álcool e história no uso da Cannabis. No âmbito sociológico, fica nítido que a legislação brasileira está em constante disputa, o que de certa forma reflete na indefinição legal e na ausência de segurança jurídica para a questão, apresentando múltiplos efeitos sociais.

Por fim, fechando os trabalhos que compõem o dossiê, Raymundo Nonato Santos apresenta uma pesquisa com notável originalidade fruto de sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (PPGJS/UFF). O estudo foi realizado em uma das Varas da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender como o sistema de justiça juvenil lida com o julgamento dos adolescentes em conflitos com a lei envolvendo drogas. A pesquisa, orientada pelo Prof. Roberto Kant de Lima, Professor Emérito da UFF e grande referência na área de Antropologia do Direito, tem como base dados etnográficos descritivos construídos a partir da observação de diversas audiências

neste local e se mostra uma contribuição relevante para os estudos sobre o sistema socioeducativo. No artigo, o autor busca jogar luz sobre as categorias, os critérios, as justificativas e as moralidades acionadas pelos operadores do direito em suas decisões nos casos envolvendo a Lei de Drogas. Seu principal argumento é que a justiça juvenil reproduz não só os argumentos que orientam a justiça criminal, mas também suas práticas.

Esperamos que os trabalhos aqui reunidos possam mostrar aos leitores da revista algumas das possibilidades de experimentar a discussão acadêmica entre saúde e segurança pública envolvendo a maconha no Brasil e na América Latina. Os estudos apresentados mobilizam categorias e entendimentos importantes que podem ser instrumentalizados para compreender o contexto de outras substâncias no país. Desejamos a todos e todas uma boa leitura e frutíferas reflexões.

Referências

AZEREDO, Rebeca. *“A maconha é uma ferramenta”*: uma pesquisa etnográfica a partir de um coletivo canábico de atendimento terapêutico. 2024. Dissertação (Mestrado em Justiça e Segurança) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. *Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia / École des Hautes Études en Sciences Sociales, Doctorat en Sciences Sociales, Recife, 2017.

CAETANO, Hellen. *“Com mais técnica, com mais ciência”*: controvérsias em torno dos procedimentos regulatórios e científicos com cannabis no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

CAETANO, Hellen. Entre Eficácias e Riscos: controvérsias em torno da Cannabis no Brasil. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 25, n. 1, p. 112-133, 2023.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Pela metade: a lei de drogas do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2019.

CAMPOS, Natália de. *Militância, organização e mobilização antiproibicionista da maconha: coletivos, eventos e marchas em Natal (RN)*. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CAMPOS, Natália de. *"O remédio vem de uma planta que eu não posso plantar": mobilização e articulação pelo uso terapêutico da maconha na Paraíba*. 2019. 310f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras E Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CAVALCANTI, Bruno. *Danças e bandeiras: um estudo do maconhismo popular no nordeste do Brasil*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

COSTA, Perla Alves Bento de Oliveira. *"Quando a gansóloga sou eu": uma etnografia das práticas dos policiais militares do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DELMANTO, Julio. Heroísmo contra alienação ou caretice versus liberação? Drogas, esquerda e desbunde no Brasil. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. *Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 229–260.

DÓRIA, José Rodrigues. *Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício*. Washington, December, n. 27, 1915.

FIGUEIREDO, Emílio. *A Advocacia e a Maconha: uma etnografia sobre os advogados nas defesas e demandas da Cannabis no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Justiça e Segurança) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A "dura" e o "desenrolo": efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 135–148, 2011.

LABATE, Beatriz; POLICARPO, Frederico (Org.). *Drogas: perspectivas em ciências humanas*. Rio de Janeiro: Gramma, Terceiro Nome, NEIP, 2018.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias*. EdUFBA, 2000.

MALHEIRO, Luana. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no centro histórico de Salvador. In: MACRAE, Edward; TAVARES, Luiz Alberto; NUÑES, Maria Eugênia (Org.). *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 223-314.

MARTINS, Luana; RAMOS, Lucia. O Poder Judiciário como balcão de direitos: reflexões sobre as estratégias jurídicas para a garantia do uso medicinal da maconha. *Em Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 190-207, 2018.

MISSE, Michel. *As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio*. Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro, 1997.

MOTTA, Yuri. *O paciente dedo-verde: uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

MOTTA, Yuri; VERISSIMO, Marcos. Notas sobre práticas de jardinagem, relações mercadológicas e seus efeitos na produção e reprodução da cultura canábica. *Teoria e Cultura - Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF*, v. 15, p. 104-118, 2020.

MOTTA, Yuri. Cannabis medicinal: recomendações para a prática cotidiana dos profissionais de segurança pública no Brasil. *Revista Campo Minado*, n. 2, Niterói, p. 124-145, 2º sem. 2021.

POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana. Dignidade, Doença e remédio: uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. *Revista Antropolítica*, n. 47, Niterói, p.143-166, 2019.

POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos; FIGUEIREDO, Emílio. A “fumaça do bom direito”: demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro. *Revista da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas*, v. 1, n. 1, p. 7–38, 2017.

RUI, Taniele. Pacote de direitos e repressão na ‘cracolândia’ paulistana: dois anos do Programa de Braços Abertos. In: LABATE, Beatriz; RODRIGUES, Thiago (Org). *Políticas de drogas no Brasil: conflitos e alternativas*. Campinas: Mercado de Letras, 2018. p. 311-340.

SILVA, Ioanna Augusta Costa da. *O cultivar da legalidade: articulações digitais, políticas e morais para legalização da maconha medicinal em Natal*. 2021. 221f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

VALENTE, Mário. “*Correr atrás*”: uma etnografia sobre as demandas e os processos de regulamentação do uso terapêutico-medicinal da maconha no Brasil e na Argentina. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

VALENTE, Mário. “*Lá na Turma Recursal sou voto vencido*”: um estudo sobre o controle dos usuários de drogas pelo Sistema dos Juizados Especiais do estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

VARGAS, Eduardo Viana. Que guerra é essa? A propósito da partilha moral entre drogas e fármacos. *Conjuntura Política*, n. 22, p. 1-4, 2000.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz e outros (Orgs.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 41-64.

VELHO, Gilberto. O Consumo da Cannabis e Suas Representações Cultura (1º Simpósio Carioca de Estudos sobre a Maconha, 1983). *Periferia*, v. 3, n. 2, 2011 [1983].

VERÍSSIMO, Marcos. *Maconheiros, fumons e growers*: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: Editora Autografia, 2017.

VIDAL, Sérgio. *Colhendo Kilobytes*: o Growroom e a cultura do cultivo de maconha no Brasil. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.